

É PRECISO EVITAR A “QUEDA DO CÉU”: expropriações contemporâneas e os rebatimentos para os povos e comunidades tradicionais

Iara Vanessa Fraga de Santana¹

Resumo: As reflexões apresentadas buscam explicitar a persistência dos processos de expropriação nos marcos do Brasil colonial e contemporâneo e a resistência dos povos e comunidades tradicionais, particularmente nas regiões Norte e Nordeste do país. O trabalho resulta de pesquisas realizadas com a diversidade de povos do campo e aponta a urgência de o Serviço Social avançar, tanto na formação quanto no exercício profissional, nos diálogos com a questão ambiental.

Palavras-chave: Expropriações; Questão Ambiental; Povos Comunidades Tradicionais; Serviço Social.

Abstract: The reflections presented seek to explain the persistence of processes of expropriation in colonial and contemporary Brazil and the resistance of traditional peoples and communities, particularly in the North and Northeast regions of the country. The work is the result of research carried out with the diversity of rural peoples and points to the urgent need for Social Work to advance, both in training and in professional practice, in dialogues with the environmental issue.

Keyword: Expropriations; Environmental Issue; Traditional Communities; Social Work.

1. INTRODUÇÃO

Ainda durante a graduação em Serviço Social, nos idos de 2008, através do Grupo de Resistência Ambiental por Outra (s) Sociabilidade (s) (GRÃOS), nos aproximamos da luta do povo Anacé contra o processo de expansão do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), Ceará. Aquela época, além da construção de uma termelétrica movida à carvão mineral, o Estado também estava declarando como área de utilidade pública o território indígena, para receber a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). Dezenas de famílias Anacé, após dez anos de resistência (entre 2008 e 2018), foram desterritorializadas e reterritorializadas (Hasbaest, 2007) para a primeira reserva indígena do Ceará – Reserva Indígena Taba dos Anacé².

¹ Doutorado, Docente da Universidade Estadual do Ceará, iara.santana@uece.br.

² Esse quadro pode ser melhor compreendido através da nossa pesquisa de doutoramento disponível em: [TESE Iara Vanessa Fraga de Santana.pdf \(ufpe.br\)](#)

Naquele quadro de uma década acompanhamos diversos outros enfrentamentos realizados por camponeses (as), quilombolas, pescadores (as) à megaprojetos do capital, a exemplo dos parques eólicos, das mineradoras, da construção de barragens e dos perímetros irrigados destinados às empresas de fruticultura do agronegócio³. Esse cenário pode ser observado em outros estados da região Nordeste com o Porto de Suape em Pernambuco⁴, a transnordestina que tem início no Piauí e finda no Porto do Pecém; o MATOPIBA, criado pela Lei nº 8.447, de 6 de maio de 2015, e estabelece uma nova fronteira agrícola entre os estados do Maranhão, Tocantis, Piauí e Bahia. Temos ainda na Bahia, também nos anos 2000, a mineração de urânio em Caetité.⁵

Destacamos a importância do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o impulsionamento dessa economia. O Estado brasileiro garantiu infraestrutura rodoviária, concedeu o uso da terra, outorgou a utilização das águas e incentivou, com a suspensão de cobranças dos impostos, a chegada de empresas transnacionais em todo o Nordeste.

Através do PAC grandes obras também foram executadas na região norte do país. A Usina Hidrelétrica de Belo Monte, talvez seja dos mais emblemáticos megaprojetos repletos de irregularidades, contradições e violações de direitos. Ainda na década de 1970 iniciam discursões em torno de sua construção, década em que a Eletrobrás realiza estudos sobre a viabilidade de barrar o Rio Xingu. Nas décadas seguintes os diversos territórios denunciaram os possíveis riscos deste empreendimento energético e apresentaram de diversas maneiras, resistências a sua construção, assim como o Ministério Público Federal, também evidenciou impedimentos para a obra.

Porém em 2007, ano de criação do PAC, o projeto de Belo Monte é incluído no programa e o governo federal faz incidências para derrubar na justiça todos os impedimentos para o licenciamento da obra. Em 2010 o governo federal consegue a licença para instalação da usina e após três liminares derrubando o leilão, o consórcio Norte Energia fatura a construção de Belo Monte.

³ Durante a Residência Agrária em Direitos Sociais do Campo (UFG, Campus Cidade de Goiás, 2015), trabalhando com quatro comunidades que resistiam a megaprojetos do capital e buscamos identificar como a Seguridade Social era garantida nesses territórios. nível em:

⁴ Missão Dhesca em Suape visibiliza as violações e violências que envolvem água, terra e territórios. Disponível em: [relatorio-suape.alterado.indd\(plataformadh.org.br\)](https://relatorio-suape.alterado.indd(plataformadh.org.br)). Acesso em 4 de outubro de 2024.

⁵ Relatório Missão Caetité. Disponível: https://www.plataformadh.org.br/wp-content/uploads/2014/05/2011_meio_ambiente_mineracao_caetite.pdf. Acesso em 4 de outubro de 2024.

Essas aproximações introdutórias nos levam a questionar sobre qual a relação entre o Estado brasileiro e as expropriações contemporâneas, particularmente nas regiões Norte e Nordeste do país? Por que os territórios indígenas, de comunidades tradicionais e de comunidades camponesas, permanecem sendo os principais alvo dessas violências e violações? E quais as conexões do Serviço Social com todo esse cenário? São questões que a sabedoria indígena já vem respondendo há bastante tempo, conforme anunciou o Xamã Davi Kopenawa sobre “A queda do céu”.

2. Expropriações contemporâneas e os limites da natureza

Marx (2011) alcança a categoria expropriação ao observar as mudanças da sociedade feudal e o início da era capitalista no século XVI a partir da Europa. As necessidades burguesas de livre circulação de mercadorias e de pessoas, rompendo com o mundo feudal, revolucionou o modo de viver e produzir no mundo. Nas palavras do mesmo autor, a acumulação primitiva foi “[...] o ponto de partida do modo de produção capitalista [...] esse processo de dissociação entre o produtor e os meios de produção” (MARX, 2011, p. 172).

Toda essa nova forma de produção e reprodução da vida acontece a partir de um processo violento em que a população camponesa, particularmente, é abruptamente expulsa dos campos para impulsionar as manufaturas de lã e a mudança de terras cultivadas para terras de pastagens. Analisando a realidade inglesa, Marx (2001) afirma que os(as) lavradores(as) das terras trabalhavam nas terras dos seus senhores e nos tempos livres trabalhavam para os outros proprietários “[...] eles dividiam com lavradores propriamente ditos a utilização dos bens comunais, onde pastavam o gado, retiravam a lenha, os combustíveis, etc.” (2001, p. 173).

Essas mudanças, em que os instrumentos de trabalho e os bens comunais que eram próprios dos(das) trabalhadores(as), deixaram de sê-los, e passaram a compor o processo de acumulação de capitais: é o fundamento da expropriação como condição ineliminável da acumulação primitiva. E o que a princípio ocorria apenas no continente europeu, vai se expandindo e navegando pelas américas expropriando novos povos e territórios. Essa é a base da história dos países do sul e a ininterrupta “doação” de matéria prima e mão de obra superexplorada para a acumulação primitiva do capital, que continua seu processo ao longo do tempo.

Essa estratégia do período colonial de expansão das metrópoles que substituem formas de trabalho e organização da vida permanece acontecendo. A separação das populações dos seus históricos meios de trabalho e a transformação destas em celeiros de trabalho assalariado constituem novas colonizações, ou reterritorialização do capital, agora com os aportes da tecnologia. Desta forma identificamos que a acumulação primitiva não está vinculada somente ao início da organização da sociabilidade capitalista, não é uma categoria conectada com o século XVI, ela permanece garantindo a reprodução capitalista como um todo.

Fontes (2010) retoma as elaborações de Marx e sua afirmativa de que para acumulação capitalista há “sempre sucessivas expropriações”. Suas elaborações afirmam que as expropriações, inclusive as contemporâneas, permanecem sendo condição social para plena expansão capitalista, “[...] realizadas de maneiras, ritmos e graus diversos, acoplando formas de produção diversificadas sob o controle do capital, ainda que à custa de uma enorme brutalidade social, política e cultural” (FONTES, 2010, p. 71). Nesse texto, a autora evidencia alguns exemplos de expropriações seja em países de economia capitalista consolidada, seja em economias “periféricas”.

Há uma tendência de os processos de expropriação alcançarem a vida em sua totalidade, além da terra e do território (natureza fundiária), os bens de uso comum, a partir das relações de trabalho e acumulação de capital nestes tempos. As expropriações contemporâneas incidem também sobre resistências culturais, tradições, sobre conquistas sociais (direito à saúde, à educação, por exemplo, crescentemente privatizados) e sobre elementos naturais, cuja mercantilização resulta de uma massiva expropriação, como as águas ou patentes sobre elementos genéticos (ou mesmo sobre formas de vida (FONTES, 2006)

Dessas expropriações contemporâneas também é possível pinçarmos as relações de contradição entre capital, natureza e trabalho o que na nossa compreensão fundamenta a chamada questão ambiental que para Foladori (2001), não está nesta dicotomia ser humano-natureza, mas, sim, nas contradições internas à espécie humana. De fato, ao longo da história, nós fomos dominando e transformando a natureza, a fim de produzir as necessidades que foram sendo criadas. Porém, “[...] a sociedade humana não se relaciona com seu entorno de maneira homogênea, como faz qualquer outra espécie viva” (FOLADORI, 2001, p. 205).

As relações sociais são as que estabelecem entre os seres humanos a partir da forma como se distribuem os meios de produção. Essa distribuição dos meios de

produção determina um acesso diferenciado ao meio ambiente, graus de intervenção e de decisão deferentes sobre o uso do ambiente e leis que governam o ritmo, a forma e o tipo de recursos a se utilizar. (FOLADORI, 2001, p. 206).

Nesta fase de desenvolvimento capitalista, a superexploração (tempo e quantidade) dos bens comuns da natureza vem sendo uma das principais estratégias para a retomada das taxas de lucros no contexto das crises do capital. “O capital ver necessariamente a natureza [...] como uma grande reserva de valores de uso [...]”. (HARVEY, 2016, p.232). Porém há limites para esse uso ilimitado da natureza pelo capital.

Boa parte da floresta tropical, por exemplo, não existe mais, e a concentração de dióxido de carbono na atmosfera está subindo há algum tempo. A suburbanização e o estilo de vida suburbano estão se difundindo (por exemplo, na China). Esse modo de vida está profundamente arraigado nas preferências culturais, na psique das pessoas e numa paisagem física marcada por um alto consumo de energia e pelo desperdício de terra, ar e água. (HARVEY, 2016, p. 235)

Não por acaso, essa natureza requisitada pelo capital é encontrada ainda em abundância nos territórios de povos e comunidade, haja vista esses estabelecerem formas diferenciadas das empresas de transformação e apropriação desses bens comuns. De acordo com Relatório publicado no ano corrente pelo Instituto Socioambiental (ISA) e Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas (CONAQ) os territórios quilombolas são responsáveis pela conservação ambiental de 3,4 milhões de hectares de vegetação nativa. Nas terras indígenas não é diferente, conforme o levantamento do MapBiomás (2023), 19% de toda a vegetação nativa do país se encontra nos territórios indígenas⁶.

3. Megaprojetos do capital, Estado e a resistência de povos e comunidades tradicionais

Inicialmente, temos na história do Estado brasileiro mais de três séculos de um regime que vai forjando uma burguesia nacional, sob aspectos arcaicos, a exemplos das oligarquias escravocratas, e modernos, que busca sua inserção na rota de expansão capitalista ao final do século XIX. Esse Estado que inicialmente queria manter a mão de obra escravizada, portanto contrário à transformação em mão de obra livre,

⁶ Disponível em: [Territórios Indígenas são os mais preservados do país — Ministério dos Povos Indígenas \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/territoRIOS-indigenas/sao-os-mais-preservados-do-pais). Acesso em 4 de outubro de 2024.

passa por diversas fases e, na contemporaneidade, torna-se o principal patrocinador das expropriações.

As diversas iniciativas garantidas pelo Estado brasileiro através do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e o próprio PAC. O suporte dado pelo Estado para a garantia das expropriações também veio acompanhado da regulamentação de medidas que flexibilizam as legislações para atender tais necessidades lucrativas do capital. O PAC foi criado em 2007 com o objetivo de movimentar a economia brasileira através do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura. Um conjunto de medidas, através deste programa, foram destinadas a Incentivar o investimento privado; Remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos). Foi com o impulsionamento do PAC que megaprojetos foram executados a partir de 2007, conforme já explicitamos na introdução deste trabalho e novos serão com o Novo PAC, instituído pelo Decreto Nº 11.632/2023.

Consideramos importante evidenciar o lugar das regiões Norte e Nordeste do país nesse bojo das expropriações e dos megaprojetos considerando uma questão regional ainda não resolvida no Brasil. A burguesia “à brasileira” vai garantir a interação entre o arcaico e o moderno no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, através de uma “[...] articulação permanente entre o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa”. Essa relação, marca o capitalismo neste país, cuja autocracia burguesa irá direcionar a nação.

Esse “espírito burguês” vai contar ainda com o liberalismo e sua força vital para a revolução nacional brasileira. A “revolução pelo alto” excluiu “as massas ativas”, a classe trabalhadora, mantendo o seu lugar de dupla subordinação, tanto à burguesia nacional quanto à imperialista europeia. Essa burguesia é representada pelas oligarquias regionais e locais concentradas no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, que são aliadas à burocracia imperial, não resolvem a questão agrária e em razão disso, subalternizam o Norte e o Nordeste do país.

Essa burguesia acolhe a mão de obra livre e branca do imigrante “[...] e vê na adoção do trabalho livre a superioridade sobre o trabalho escravo, fez-se silêncio sobre a discriminação étnica que a imigração introduzia na estruturação do mercado de trabalho da região em expansão capitalista, com pretensões de dominação” (OLIVEIRA, 1993, p. 48-49). Essa formação sócio-histórica heteronômica, a princípio estabelecida com a metrópole no início do século XX, será experimentada internamente.

A região Nordeste, central no desenvolvimento da economia colonial brasileira, passa a ser mera fornecedora de matéria prima e mão de obra para o Sudeste no período de cultivo do café e, posteriormente, com a industrialização do país. Tais relações destinam ao Nordeste uma posição desfavorável no processo de modernização brasileira (SANTOS, 2012). Os engenhos foram transformados em usinas canavieiras, mas essas também foram deslocadas para o Sudeste.

A industrialização chega a passos lentos no Nordeste com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), movimentando um intenso fluxo de empresas do Sudeste para a região. Observamos, portanto, a “atualidade da questão regional, nas particularidades da questão social do país” (SANTOS, 2012, p. 239).

Tal qual as primeiras expropriações realizadas no território ameríndio, diversas expropriações também ocorreram no Nordeste para atender e sustentar a “burguesia nacional” do sudeste brasileiro. Isso nos faz identificar que as desigualdades regionais são consequências do desenvolvimento do capitalismo “à brasileira” que foi/é “desigual e combinado”. Também fica evidente que o processo de industrialização levado a cabo pelo Sudeste brasileiro, aprofunda as relações de dependência da economia nacional que, na atualidade está manifestada na especialização do país em fornecer commodities. É sob essa lógica de reprimatização da economia brasileira que os complexos portuários, por exemplo, ganharão importante justificativa para a sua ampliação, haja vista ser através dos portos que as commodities são exportadas.

E é resistindo a todo esse quadro histórico que os movimentos sociais do campo, os povos e comunidades tradicionais vem forjando estratégias de enfrentamento. Apesar da derrota de toda a diversidade dos povos que ocupavam o Xingu, a Hidrelétrica de Belo Monte foi adiada por mais de uma década, como resultando dos processos de organização popular dos territórios com apoios de outras organizações da sociedade civil.

No Ceará assentados (as) da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas, movimentos sociais, ativistas ambientalistas e pesquisadores (as) universitários (as) há pelo menos dezoito anos vem conseguindo impedir a mineração de urânio e fosfato no sertão cearense. Dentre as estratégias de resistência, destacamos a produção de conhecimento em torno do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Consórcio Santa

Quitéria, apontando suas insuficiências, irregularidades e riscos⁷. Também salientamos as denúncias e articulações feitas nacionalmente e a realização de uma Missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) que gerou um Relatório que aponta graves violações e faz recomendações às instituições responsáveis pelo licenciamento ambiental⁸.

O Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil⁹ também evidencia as dezenas de projetos do capital que ameaçam os bens comuns da natureza e, principalmente, os territórios de povos e comunidades tradicionais. É relevante observar que parte considerável desses empreendimentos recebem amparo do Estado e, mais graves, alguns são diretamente garantidos e executados pelo próprio poder público.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro que apresentamos evidenciam que as expropriações ultrapassam o processo de acumulação primitiva do capital e persistem nesta fase do capitalismo rentista, financeirizado que se mantém no ciclo de crise e retomada das taxas de lucro. A grade problemática posta decorrente deste modelo de produção, podemos encontrar nas diversas expressões da questão ambiental que vem nos empurrando para uma verdadeira crise humanitária.

O desaparecimento de rios, de espécies da flora e da fauna brasileira são alguns dos exemplos dos limites da natureza. Além disso, as diversas violações vividas por povos e comunidades tradicionais que tem tido seu modo de vida interrompido ou alterado pelos megaprojetos do capital, anunciam “a queda do céu” e a urgente necessidade de mudança nas formas de produção e consumo da sociabilidade humana.

A continuidade da vida humana e não humana está posta e o Serviço Social pode e deve, tanto no âmbito da formação, quanto do exercício profissional, estabelecer

⁷ Com o apoio da Articulação Antinuclear do Ceará (AACE) foi produzido um Relatório que aponta essas insuficiências e irregularidades. Disponível em: <https://www.renatoroseno.com.br/files/5/8/3/5830124-Parecer-T%C3%A9cnico,-Painel-Acad%C3%AAmico-2022.pdf>. Acesso em 4 de outubro de 2024.

⁸ Disponível em: [CNDH aponta violação de direitos humanos em Projeto Santa Quitéria, de exploração de urânio no Ceará | Plataforma de Direitos Humanos - DHESCA Brasil \(plataformadh.org.br\)](https://www.cndh.org.br/pt-br/relatorios/cndh-aponta-violacao-de-direitos-humanos-em-projeto-santa-quitria-de-exploracao-de-uranio-no-ceara-plataforma-de-direitos-humanos-dhescabrazil-plataformadh.org.br). Acesso em 4 de outubro de 2024.

⁹ Disponível em: [Início - Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil \(fiocruz.br\)](https://www.fiocruz.br/pt-br/relatorios/mapa-de-conflitos-envolvendo-injustica-ambiental-e-saude-no-brasil). Acesso em 4 de outubro de 2024.

conexões e amadurecer elaborações a fim de enfrentar mais essa expressão da questão social.

Os povos e comunidades tradicionais permanecem estabelecendo formas diferenciadas de apropriação da natureza que mira outra sociabilidade, semelhante ao que defende o Projeto Ético Político do Serviço Social. Portanto, talvez esteja neste lugar, o ponto de encontro para construção de caminhos que garantam a justiça ambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [D11632 \(planalto.gov.br\)](https://planalto.gov.br)

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FOLADORI, Guillermo. A questão ambiental em Marx. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.4, 1997, p.140-161.

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. IN: BOSCHETTI, I. (org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.

_____. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010.

FOSTER, John Bellamy. *A Ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF*. Rio de Janeiro, 2007.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O Novo Imperialismo*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *17 Contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

KOPENAWA, Davi; ALLBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.

_____. *Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital*. CAP XXIV. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1996.

_____. Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto da madeira. São Paulo: Boitempo, 2017, 150p.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. Conferência do Mês do IEA feita pelo autor no dia 31 de março de 1993.

SILVA, Maria das Graças e. Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.

ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.) A Questão Mineral no Brasil. Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Marabá, PA: Editorial Iguana, 2015.